



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

19 de outubro

de 2020

E MAIS...

Desabamento no Mateus que esmagou funcionária
completa duas semanas

PÁGINA 8

Desabamento no Mateus que esmagou funcionária completa duas semanas

Por Oswaldo Viviani

O desabamento de prateleiras gigantes, que matou uma funcionária e feriu outras 8 pessoas no Supermercado Mix Mateus Atacarejo, no Vinhais, completou duas semanas nesta sexta (16). Polícia, **Ministério Público** e Superintendência Regional do Trabalho no Maranhão (SRTM) investigam o caso, mas até agora não há nenhuma conclusão sobre as causas e os responsáveis pela tragédia.

Os órgãos dizem que as apurações ainda estão em andamento. No entanto ainda não há um prazo definido para serem concluídas e as autoridades não informam nada sobre o andamento do caso.

No caso dos auditores fiscais do Trabalho, da Superintendência Regional do Trabalho no Maranhão (SRTM), eles entraram no caso para investigar a existência de possíveis irregularidades e infrações relativas às Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho. Também apuram a influência de possíveis infrações relacionadas jornada de trabalho e aos períodos de descanso garantidos pela legislação.

A equipe busca, ainda, identificar as medidas de prevenção que poderiam ter evitado o acidente, bem como as medidas de proteção objetivando reduzir suas consequências.

ENTENDA No dia 2 de outubro, quatro prateleiras de quase 10 metros do supermercado Mix Mateus do Vinhais, lotadas de produtos (como fardos de açúcar), desabaram.

Oito pessoas sofreram ferimentos leves e a jovem identificada como Elane de Oliveira Rodrigues, de 21 anos, que trabalhava no supermercado como repositora de estoque, foi esmagada e não resistiu aos ferimentos.

Elane era natural de Viseu, no Pará, e trabalhava há cerca de dois meses no Mateus. Ela morava há dois anos em São Luís (bairro Cantinho do Céu), com o pai.

Sanciona lei que institui a Polícia Penal no sistema penitenciário do Maranhão

O governador Flávio Dino sancionou a Lei nº 11.342, que cria a Polícia Penal do Estado do Maranhão como órgão do sistema de **segurança pública**, vinculada à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap). O texto foi publicado no dia 29 de setembro, e já tinha sido aprovado pela Assembleia Legislativa.

Com a transformação em carreira policial, os agentes penitenciários passam a ser equiparados as demais forças policiais, mas com atribuições específicas que regulamentam as funções dessa nova polícia.

A Lei transforma os cargos efetivos de Agente Estadual de **Execução Penal** e de Inspetor Estadual de **Execução Penal**, respectivamente, nos cargos de Inspetor de Polícia Penal I e Inspetor de Polícia Penal II. Dentre as prerrogativas da lei, os servidores ocupantes dos cargos de Inspetor de Polícia Penal I e II, no exercício de sua função, exercem poder de polícia.

Assim como o cargo efetivo de Auxiliar de Segurança Penitenciária, integrante da carreira de segurança penal, que passa a ser Auxiliar Penitenciário. O subgrupo atividades penitenciárias segundo suas categorias funcionais, fica com os seguintes cargos efetivos: Inspetor de Polícia Penal I, Inspetor de Polícia Penal II e Auxiliar Penitenciário. Os especialistas nas áreas jurídica, psicólogo, assistente social, enfermagem, terapeuta ocupacional e pedagogo. E ainda os técnicos penitenciários: administrativo e de enfermagem.

De acordo com a lei, também serão criadas 8 unidades prisionais de ressocialização e 2 duas penitenciárias. Sendo elas a Unidade Prisional de Ressocialização de São Luís 9, Unidade Prisional de Ressocialização de Governador Nunes Freire, Unidade Prisional de Ressocialização de Carolina, Unidade Prisional de Ressocialização de Tutóia, Unidade Prisional de Ressocialização de Segurança Máxima, Unidade Prisional de Ressocialização de Barra do Corda, Unidade Prisional de Ressocialização de Colinas, Unidade Prisional de Ressocialização de São João dos Patos. E a Penitenciária Regional de Governador Nunes Freire e Penitenciária Regional de Brejo.

A Lei

A Lei é oriunda da Emenda Constitucional (EC) 104, que alterou o Art. 144 da carta magna do país, criando, assim, a polícia penal, órgão responsável pela segurança do sistema prisional federal, estadual e do Distrito Federal.

Site: <https://jornalpequeno.com.br/2020/10/19/sanciona-lei-que-institui-a-policia-penal-no-sistema-penitenciario-do-maranhao/>

Governador sanciona lei que institui a Polícia Penal no sistema penitenciário do Maranhão

O governador Flávio Dino sancionou a Lei nº 11.342, que cria a Polícia Penal do Estado do Maranhão como órgão do sistema de **segurança pública**, vinculada à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap). O texto foi publicado no dia 29 de setembro, e já tinha sido aprovado pela Assembleia Legislativa.

Com a transformação em carreira policial, os agentes penitenciários passam a ser equiparados as demais forças policiais, mas com atribuições específicas que regulamentam as funções dessa nova polícia.

Para o secretário da Seap, a aprovação da Lei foi bastante satisfatória e bem vista pela categoria. "No governo Flávio Dino já tivemos grandes avanços no âmbito do sistema prisional, e agora com a promulgação da lei o trabalho do sistema prisional passa a ser desenvolvido com maior eficiência, desde a organização, carreira e funcionamento", disse.

A Lei transforma os cargos efetivos de Agente Estadual de **Execução Penal** e de Inspetor Estadual de **Execução Penal**, respectivamente, nos cargos de Inspetor de Polícia Penal I e Inspetor de Polícia Penal II. Dentre as prerrogativas da lei, os servidores ocupantes dos cargos de Inspetor de Polícia Penal I e II, no exercício de sua função, exercem poder de polícia.

Assim como o cargo efetivo de Auxiliar de Segurança Penitenciária, integrante da carreira de segurança penal, que passa a ser Auxiliar Penitenciário. O subgrupo atividades penitenciárias segundo suas categorias funcionais, fica com os seguintes cargos efetivos: Inspetor de Polícia Penal I, Inspetor de Polícia Penal II e Auxiliar Penitenciário. Os especialistas nas áreas jurídica, psicólogo, assistente social, enfermagem, terapeuta ocupacional e pedagogo. E ainda os técnicos penitenciários: administrativo e de enfermagem.

De acordo com a lei, também serão criadas 8 unidades prisionais de ressocialização e 2 duas penitenciárias. Sendo elas a Unidade Prisional de Ressocialização de São Luís 9, Unidade Prisional de Ressocialização de Governador Nunes Freire, Unidade Prisional de Ressocialização de Carolina,

Unidade Prisional de Ressocialização de Tutóia, Unidade Prisional de Ressocialização de Segurança Máxima, Unidade Prisional de Ressocialização de Barra do Corda, Unidade Prisional de Ressocialização de Colinas, Unidade Prisional de Ressocialização de São João dos Patos. E a Penitenciária Regional de Governador Nunes Freire e Penitenciária Regional de Brejo.

A Lei

A Lei é oriunda da Emenda Constitucional (EC) 104, que alterou o Art. 144 da carta magna do país, criando, assim, a polícia penal, órgão responsável pela segurança do sistema prisional federal, estadual e do Distrito Federal.

Site: <https://omaranhense.com/governador-sanciona-lei-que-institui-a-policia-penal-no-sistema-penitenciario-do-maranhao/>

Defensoria Pública ajuíza ação que obriga município a realocar bancas de revista em São Luís

Eduardo Ericeira

Já está na Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, que tem como titular o juiz Douglas de Melo Martins, a ação de tutela provisória antecipada antecedente protocolada na tarde desta sexta-feira (16) pela Defensoria Pública do Estado que pretende obrigar o município de São Luís a realocar três bancas de revista retiradas de uma pequena área pública no bairro do Renascença.

A petição, assinada pelo defensor público Jean Carlos Nunes, do Núcleo de **Direitos Humanos** da DPE/MA, requer à Justiça tutela de urgência em caráter liminar, a fim de resguardar os direitos das donas das bancas permanecerem em atividade, em local próximo ao ponto onde os estabelecimentos funcionaram por cerca de duas décadas.

Reparação e multa

A ação solicita que as bancas sejam remanejadas para o estacionamento localizado em frente em Tropical Shopping, e que sejam providenciadas as devidas instalações elétricas necessárias para o funcionamento das mesmas, bem como a "adoção de medidas indispensáveis para a reparação dos danos estruturais causados" durante a remoção.

Em caso de descumprimento de uma ou mais determinações, a ação da DPE/MA sugere aplicação de multa fixada em, pelo menos, R\$10.000 (dez mil reais) ao município.

Entenda o caso

A retirada das bancas do canteiro central da Avenida do Vale, no Jardim Renascença, foi liderada pela Blitz Urbana, com apoio da Polícia Militar, em cumprimento a uma recomendação administrativa do **Ministério Público** do Maranhão. Ao acompanhar a desocupação dos estabelecimentos, a Defensoria Pública do Estado intermediou um acordo entre as proprietárias das bancas, o município e o **MPMA**, a fim de garantir a realocação das bancas em uma área próxima ainda durante a quinta-feira, o que não ocorreu.

"A Defensoria não é contra a reordenação do espaço público, porém estamos passando por um período duro, de pandemia e de grave crise econômica, portanto medidas como esta do poder público que subtrai do cidadão sua fonte de renda precisa ser compensada com uma alternativa", destacou o defensor público Jean Nunes.

Site:

<http://blogeduardoericeira.blogspot.com/2020/10/defensoria-publica-ajuiza-acao-que.html>

BOMBA! BOMBA! Baixa no consórcio dos inimigos , Adriana Ribeiro tem candidatura impugnada pelo Ministério Público!!!

A candidata a prefeita de Amarante, Adriana Ribeiro, teve sua candidatura impugnada pelo **Ministério Público**, segundo o **Promotor de Justiça** Eleitoral, João Cláudio de Barros, Adriana teve suas contas julgadas irregulares pelo TCE - Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, referente ao ano de 2009, no que se refere aos recursos federais provenientes do FUNDEB.

Se a justiça acatar o pedido do MP, o consórcio dos inimigos terá que substituir Adriana por outro político.

Enquanto isso, o candidato de oposição, Vanderly do Comércio, segue comendo pelas beiradas!!!

Site: <https://www.ruiporao.com.br/2020/10/bomba-bomba-baixa-no-consorcio-dos.html>

Maranhão é o 4º do país em queimadas

Até 15 de outubro, segundo o Programa **Queimadas** do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o **Maranhão** acumulou 11.772 focos de **queimadas**. Esse quantitativo o coloca atualmente em 4º lugar no país, nesse quesito, e supera o total registrado em 2019, quando foram contabilizados 11.759 focos.

À frente do **Maranhão** estão Mato Grosso, com 44.143 focos; Pará, com 29.350; e Amazonas com 15.873. Mato Grosso do Sul vem em quinto lugar com 11.486 focos. Outra informação, é que embora o número de focos no **Maranhão** tenha ultrapassado o do ano passado, neste mês de outubro, até o dia 15, foram registrados 2.058 focos, 31% a menos do que o registrado em setembro, quando foram detectados 2.981 focos.

Dentre os 10 municípios brasileiros com mais focos acumulados nos últimos 5 meses está o município maranhense de Alto Parnaíba com 279 focos nos últimos dias. De acordo com o Boletim de Monitoramento de **Queimadas** no estado do **Maranhão** realizado na quinzena de 16 a 30 de setembro, Alto Parnaíba já aparecia, naquele período, com o maior número de focos, 186, registrando portanto, um aumento de 50% em relação à segunda quinzena de setembro.

O segundo semestre é marcado pelo alto índice de **queimadas** por todo o Brasil. A época de poucas chuvas e fortes ventos é propícia para as **queimadas**. Segundo informações do Imesc, com a função de "limpeza do terreno" para plantações e criação de áreas de pastos, pequenos agricultores e pecuaristas realizam **queimadas** sem a devida liberação ambiental, mesmo com trabalhos de melhorias técnicas e decretos proibindo as **queimadas**. Essa prática pode provocar **queimadas** sem controle, que podem atingir diversos hectares de vegetação, produzindo vários impactos ambientais.

O governo do estado tem executado o Programa **Maranhão sem Queimadas** desde agosto em todo o Estado, com o combate e prevenção de **queimadas** e dos focos de fogo, que afetam diretamente a saúde da população maranhense. O Programa já passou pelas cidades de Mirador, Balsas, Barra do Corda, Caxias e Imperatriz.

Segundo o Corpo de Bombeiros do **Maranhão** (CBMMA), um trabalho específico é desenvolvido especialmente nos meses de agosto, setembro e outubro, época de maior incidência de **queimadas**.

Vale lembrar que estamos em período de estiagem e, conforme o Núcleo Geoambiental, da Universidade Estadual do **Maranhão**, em dezembro deve haver a ocorrência de chuvas em algumas regiões do estado.

Para realizar denúncia sobre incêndio florestal ou **queimadas** sem autorização do órgão ambiental entre em contato com a Ouvidoria da SEMA (98) 3194-8900 - ramal 8910. Em caso de emergência contate 193 - Corpo de Bombeiros.

Maranhão Queimadas últimos 5 anos 2020 - 11.772
2019 - 11.759 2018 - 9.548 2017 - 17.118 2016 - 15.222
Últimos 5 meses Outubro - 2.058 Setembro - 2.981
Agosto - 1.025 Julho - 667 Junho - 198

Site:

<https://banca.oimparcial.com.br/app/uploads/edicoes/2020/oimparcial-36.215.orig.pdf>

Alto Parnaíba está entre as 10 cidades brasileiras com mais focos de queimadas

Até 15 de outubro, segundo o Programa **Queimadas** do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o **Maranhão** acumulou 11.772 focos de **queimadas**. Esse quantitativo o coloca atualmente em 4º lugar no país, nesse quesito, e supera o total registrado em 2019, quando foram contabilizados 11.759 focos.

-
-
-

À frente do **Maranhão** estão Mato Grosso, com 44.143 focos; Pará, com 29.350; e Amazonas com 15.873. Mato Grosso do Sul vem em quinto lugar com 11.486 focos. Outra informação, é que embora o número de focos no **Maranhão** tenha ultrapassado o do ano passado, neste mês de outubro, até o dia 15, foram registrados 2.058 focos, 31% a menos do que o registrado em setembro, quando foram detectados 2.981 focos.

Dentre os 10 municípios brasileiros com mais focos acumulados nos últimos 5 meses está o município maranhense de Alto Parnaíba com 279 focos nos últimos dias. De acordo com o Boletim de Monitoramento de **Queimadas** no estado do **Maranhão** realizado na quinzena de 16 a 30 de setembro, Alto Parnaíba já aparecia, naquele período, com o maior número de focos, 186, registrando portanto, um aumento de 50% em relação à segunda quinzena de setembro.

O segundo semestre é marcado pelo alto índice de **queimadas** por todo o Brasil. A época de poucas chuvas e fortes ventos é propícia para as **queimadas**. Segundo informações do Imesc, com a função de "limpeza do terreno" para plantações e criação de áreas de pastos, pequenos agricultores e pecuaristas realizam **queimadas** sem a devida liberação ambiental, mesmo com trabalhos de melhorias técnicas e decretos proibindo as **queimadas**. Essa prática pode provocar **queimadas** sem controle, que podem atingir diversos hectares de vegetação, produzindo vários impactos ambientais.

O governo do estado tem executado o Programa **Maranhão sem Queimadas** desde agosto em todo o Estado, com o combate e prevenção de **queimadas** e

dos focos de fogo, que afetam diretamente a saúde da população maranhense. O Programa já passou pelas cidades de Mirador, Balsas, Barra do Corda, Caxias e Imperatriz.

Segundo o Corpo de Bombeiros do **Maranhão** (CBMMA), um trabalho específico é desenvolvido especialmente nos meses de agosto, setembro e outubro, época de maior incidência de **queimadas**. Vale lembrar que estamos em período de estiagem e, conforme o Núcleo Geoambiental, da Universidade Estadual do **Maranhão**, em dezembro deve haver a ocorrência de chuvas em algumas regiões do estado.

Para realizar denúncia sobre incêndio florestal ou **queimadas** sem autorização do órgão ambiental entre em contato com a Ouvidoria da SEMA (98) 3194-8900 - ramal 8910. Em caso de emergência contate 193 - Corpo de Bombeiros.

Envie informações à Redação pelo através do número.

Site: <https://www.diariodebalsas.com.br/noticias/alto-parnaiba-estaa-entre-as-10-cidades-brasileiras-com-mais-focos-de-queimadas-25682.html>

Maranhão é o 4º estado com maior número de queimadas em 2020

Patrícia Cunha

Até 15 de outubro, segundo o Programa **Queimadas** do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o **Maranhão** acumulou 11.772 focos de **queimadas**. Esse quantitativo o coloca atualmente em 4º lugar no país, nesse quesito, e supera o total registrado em 2019, quando foram contabilizados 11.759 focos.

À frente do **Maranhão** estão Mato Grosso, com 44.143 focos; Pará, com 29.350; e Amazonas com 15.873. Mato Grosso do Sul vem em quinto lugar com 11.486 focos. Outra informação, é que embora o número de focos no **Maranhão** tenha ultrapassado o do ano passado, neste mês de outubro, até o dia 15, foram registrados 2.058 focos, 31% a menos do que o registrado em setembro, quando foram detectados 2.981 focos.

Dentre os 10 municípios brasileiros com mais focos acumulados nos últimos 5 meses está o município maranhense de Alto Parnaíba com 279 focos nos últimos dias. De acordo com o Boletim de Monitoramento de **Queimadas** no estado do **Maranhão** realizado na quinzena de 16 a 30 de setembro, Alto Parnaíba já aparecia, naquele período, com o maior número de focos, 186, registrando portanto, um aumento de 50% em relação à segunda quinzena de setembro.

O segundo semestre é marcado pelo alto índice de **queimadas** por todo o Brasil. A época de poucas chuvas e fortes ventos é propícia para as **queimadas**. Segundo informações do Imesc, com a função de "limpeza do terreno" para plantações e criação de áreas de pastos, pequenos agricultores e pecuaristas realizam **queimadas** sem a devida liberação ambiental, mesmo com trabalhos de melhorias técnicas e decretos proibindo as **queimadas**. Essa prática pode provocar **queimadas** sem controle, que podem atingir diversos hectares de vegetação, produzindo vários impactos ambientais.

O governo do estado tem executado o Programa **Maranhão sem Queimadas** desde agosto em todo o Estado, com o combate e prevenção de **queimadas** e dos focos de fogo, que afetam diretamente a saúde da população maranhense. O Programa já passou pelas cidades de Mirador, Balsas, Barra do Corda, Caxias e Imperatriz.

Segundo o Corpo de Bombeiros do **Maranhão** (CBMMA), um trabalho específico é desenvolvido especialmente nos meses de agosto, setembro e outubro, época de maior incidência de **queimadas**. Vale lembrar que estamos em período de estiagem e, conforme o Núcleo Geoambiental, da Universidade Estadual do **Maranhão**, em dezembro deve haver a ocorrência de chuvas em algumas regiões do estado.

Para realizar denúncia sobre incêndio florestal ou **queimadas** sem autorização do órgão ambiental entre em contato com a Ouvidoria da SEMA (98) 3194-8900 - ramal 8910. Em caso de emergência contate 193 - Corpo de Bombeiros.

Maranhão

Queimadas últimos 5 anos

2020 - 11.772

2019 - 11.759

2018 - 9.548

2017 - 17.118

2016 - 15.222

Últimos 5 meses

Outubro - 2.058

Setembro - 2.981

Agosto - 1.025

Julho - 667

Junho - 198

Site:

<https://oimparcial.com.br/cidades/2020/10/maranhao-e-o-4-estado-com-maior-numero-de-queimadas-em-2020/>

Quase 5 mil crianças foram vítimas de assassinato em 2019, diz estudo

Crianças e adolescentes representam 10,3% das vítimas de assassinato no país em 2019. Isso significa dizer que 4.920 morreram no ano passado em decorrência da violência intencional em todo o território nacional. O Anuário de **Segurança Pública**, divulgado nesta segunda-feira (19), mostrou que 91% das vítimas são do sexo masculino e 75% são negras.

O estudo registrou um total de 47.773 mortes violentas intencionais no ano passado, o que representou uma redução de 17,7% em relação ao ano anterior. Isso significa uma taxa de 22,7 por 100 mil habitantes. Foram 39.561 homicídios, 1.577 latrocínios e 172 assassinatos de policiais. Em 2019, foram registradas 6.357 mortes por intervenções policiais, sendo 13,3% das mortes violentas provocadas pelas polícias.

Fonte: R7.com

Site: <https://oquartopoder.com/brasil/quase-5-mil-criancas-foram-vitimas-de-assassinato-em-2019-diz-estudo/>

Situação de ferry boat volta a ser pauta entre Ministério Público e MOB

Lorena Rodrigues

Aconteceu na manhã desta segunda-feira (19) uma reunião na sede da Procuradoria Geral de Justiça entre o novo presidente da Agência Estadual de **Mobilidade Urbana** e Serviços Públicos (MOB), Daniel Carvalho, o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau e autoridades. Na pauta estavam os problemas no transporte aquaviário na região metropolitana.

Já há meses a situação dos ferry boats que transitam entre São Luís e o terminal do Cujupe, em Alcântara, tem gerado incômodos e situações de perigo, como registrado início deste mês, quando um ferry boat colidiu com um pilar de atracação.

"Nunca o serviço dos ferrys esteve tão ruim. Em termos de qualidade, de serviço, de cumprimento de horários. Vamos discutir novos termos para tentar uma resolução ou, ao menos, uma mitigação do que vêm sofrendo os consumidores da Baixada", afirmou Lítia Cavalcanti coordenadora do **Centro de Apoio Operacional do Consumidor (CAOp Consumidor)**.

O **promotor de justiça Frederico Bianchini Joviano dos Santos**, da Comarca de Cururupu, também ressaltou a necessidade de ações urgentes para evitar situações de risco nas embarcações e nos terminais de passageiros. De acordo com o membro do **Ministério Público**, a piora do serviço se deve, em grande parte, às dificuldades financeiras enfrentadas por uma das empresas prestadoras do serviço. "Viagens são canceladas e, por mais que a outra empresa tente cobrir essa demanda, é impossível pois ela tem ferrys menores, sem capacidade de absorver todos aqueles passageiros", explicou.

Daniel Carvalho afirmou já ter tido reuniões com a equipe técnica da MOB e com a Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap) e que se reunirá com as empresas prestadoras do serviço. Ressaltou também que está em um período de transição, conhecendo a realidade da pasta

Uma nova reunião está prevista para a próxima segunda-feira (26).

Site: <https://www.ma10.com.br/2020/10/19/situacao-de-ferry-boat-volta-a-ser-pauta-entre-ministerio-publico-e->

mob/

MP Eleitoral dá parecer contrário à impugnação de candidatura de Enoque Mota (Política)

Yuri Almeida

O **Ministério Público** Eleitoral se manifestou, nesse domingo 18, contrário ao pedido de impugnação da candidatura de Enoque Mota (PTB) a prefeito de Pastos Bons.

O pedido foi apresentado pela coligação do candidato adversário de Enoque na disputa, Matheus Mota (PP). Nele, foi argumentado que o petebista não poderia concorrer nas eleições municipais de 2020 em razão de contas julgadas irregulares pelo TCE (Tribunal de Contas do Estado) do Maranhão.

Ao julgar o caso, porém, o promotor eleitoral Hélder Ferreira Bezerra constatou que, dos nove processos analisados pelo TCE-MA, cinco tiveram julgamento de aprovação pela Câmara de Vereadores de Pastos Bons, dois tiveram os efeitos anulados por ação judicial e dois ainda encontram-se pendentes de julgamento pelo Poder Legislativo Municipal.

"Desta feita, por todo o exposto, o **MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL** manifesta-se pelo **INDEFERIMENTO** do pedido de impugnação de registro de candidatura assim como da notícia de inelegibilidade, pelas mesmas razões expostas", anotou.

A decisão final cabe à Justiça Eleitoral.

Site: <https://atual7.com/noticias/politica/2020/10/mp-eleitoral-da-parecer-contrario-a-impugnacao-de-candidatura-de-enoque-mota/>

MPMA discute precariedade de ferry-boats com novo presidente da MOB

John Cutrim

Foi realizada, na manhã desta segunda-feira, 19, na sede da Procuradoria Geral de Justiça, uma reunião com o novo presidente da Agência Estadual de **Mobilidade Urbana** e Serviços Públicos (MOB), Daniel Carvalho, para discutir os problemas relativos ao transporte por ferry-boats entre São Luís e o terminal do Cujupe, em Alcântara.

Na abertura dos trabalhos, o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, afirmou que a situação no transporte aquaviário está a cada dia mais precária, com embarcações em péssimo estado e falhas graves no atendimento. "Precisamos garantir as condições para que a sociedade não sofra com tudo isso", ressaltou.

A coordenadora do **Centro de Apoio Operacional do Consumidor (CAOp Consumidor)**, Lítia Cavalcanti, explicou que essa é uma conversa inicial com o novo gestor da MOB, que precede uma reunião maior, com a presença dos promotores de justiça de toda a Baixada Maranhense. "Nunca o serviço dos ferrys esteve tão ruim. Em termos de qualidade, de serviço, de cumprimento de horários. Vamos discutir novos termos para tentar uma resolução ou, ao menos, uma mitigação do que vêm sofrendo os consumidores da Baixada", afirmou.

A titular da 1ª Promotoria de Justiça de Pinheiro, Linda Luz Matos Carvalho, ressaltou que, além dos problemas de atrasos e de embarcações que não comportam a demanda, há uma preocupação grande com a segurança por parte dos usuários do serviço de ferry-boats. "Precisamos de medidas com resultados práticos", enfatizou.

O **promotor de justiça Frederico Bianchini Joviano dos Santos**, da Comarca de Cururupu, também ressaltou a necessidade de ações urgentes para evitar situações de risco nas embarcações e nos terminais de passageiros. De acordo com o membro do **Ministério Público**, a piora do serviço se deve, em grande parte, às dificuldades financeiras enfrentadas por uma das empresas prestadoras do serviço. "Viagens são canceladas e, por mais que a outra empresa tente cobrir essa demanda, é impossível pois ela tem ferrys menores, sem capacidade de absorver todos aqueles passageiros", explicou.

O presidente da MOB explicou aos promotores de justiça que está em um período de transição na agência, conhecendo a realidade da pasta. Sobre a questão dos ferry-boats, Daniel Carvalho afirmou já ter tido reuniões com a equipe técnica da MOB e com a Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap) e que se reunirá com as empresas prestadoras do serviço. Ele ressaltou, ainda, a importância da parceria com o **Ministério Público**, que vem acompanhando essa questão há muito tempo. "Temos a necessidade de repensar o serviço como um todo, para que ele seja oferecido com excelência", observou.

Uma nova reunião, em formato híbrido (presencial e virtual), para discutir a questão dos ferry-boats, já foi marcada para a próxima segunda-feira, 26 de outubro.

Site: <https://johncutrim.com.br/mpma-discute-precariade-de-ferry-boats-com-novo-presidente-da-mob/>

Ministério Público Eleitoral defere pedido de Dr. Julinho, em Ribamar

O **Ministério Público** Eleitoral deferiu o pedido de registro de candidatura de Dr. Julinho, em São José de Ribamar. A decisão abaixo é da Promotora de Justiça da 47ª Zona Eleitoral, Bianka Sekeff Sallem Rocha.

Confira a seguir.

Acompanhe o Blog do Luis Cardoso também pelo TwitterT e pelo Facebook.

Site:

<https://luiscardoso.com.br/politica/2020/10/ministerio-publico-eleitoral-defere-pedido-de-dr-julinho-em-ribamar/>

OAB-MA promoverá debate para solucionar os problemas no serviço de transporte por Ferry Boat

Paulo Roberto

Nos últimos meses, têm sido constantes as reclamações feitas pelos usuários de transporte marítimo em relação à qualidade dos serviços prestados pelas empresas operadoras de ferry boats entre os terminais da Ponta da Espera e Cujupe.

Algumas das queixas são: superlotação das embarcações, dificuldade para compra de passagens, falta de acessibilidade para idosos, pessoas com deficiência e gestantes, além de condições ruins de alimentação, higiene e segurança dentro das embarcações.

Diante desse cenário, a OAB Maranhão tem buscado construir, através de discussões com instituições e autoridades, soluções a médio e longo prazo que garantam maior eficiência dos serviços de transporte marítimo do estado.

Uma das formas para dar início a essas soluções é através do Projeto Diálogo Institucional, que será caracterizado por um diálogo entre a Seccional Maranhense, os órgãos e autoridades responsáveis pela fiscalização, no dia 21 de outubro, às 14h30min, no auditório da OAB/MA, para fazer uma análise crítica deste modal e propor uma atuação conjunta dos entes vinculados para buscar providências e medidas efetivas, visando à melhoria dos serviços para a população.

Para essa edição do Diálogo Institucional, foram convidadas as seguintes instituições: MOB, EMAP, ANTAQ, Capitania dos Portos do Maranhão, **PROCON/MA**, Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, Vigilância Sanitária, Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil, Secretaria de Estado da **Segurança Pública**, Secretaria de Estado da Infraestrutura, Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão, Tribunal Regional Eleitoral, **Ministério Público** Estadual, **Ministério Público** do Trabalho, Delegacia Regional do Trabalho e Emprego do Maranhão, e, Defensoria Pública do Estado do Maranhão; além das empresas operadoras do sistema: Internacional Marítima e Serviporto.

Site: <https://blogdopauloroberto.com.br/2020/10/oab-ma-promovera-debate-para-solucionar-os-problemas-no-servico-de-transporte-por-ferry-boat/>

Operação da Polícia Federal interdita três serrarias no Maranhão

Uma operação conjunta, realizada entre os dias 14 e 16 de outubro, interditou serrarias no município maranhense de Zé Doca, a 302Km de São Luís. A Operação Verde Brasil 2 foi realizada pela Polícia Federal, IBAMA e Exército, com o apoio da Capitania dos Portos do Maranhão, Batalhão de Policiamento Ambiental e Corpo de Bombeiros do Maranhão.

Três serrarias, localizadas no entorno das Terras Indígenas Awá e Alto Turiçu, foram interditadas; nove fornos foram inutilizados; dois caminhões com madeira pronta foram apreendidos nas proximidades; seiscentos metros cúbicos de madeira em tora foram apreendidos e inutilizados; além de setenta e dois metros cúbicos de madeira serrados.

A Polícia Federal foi o responsável por localizar as serrarias. Os suspeitos identificados são reincidentes e vão responder pelos crimes ambientais e por receptação.

As ações integradas continuarão e visam combater crimes ambientais. A Operação Verde Brasil 2 é coordenada pelo Ministério da Defesa. Está no escopo do Conselho Nacional da Amazônia (CNA), em apoio aos órgãos de controle ambiental e de **segurança pública**.

Com informações da Assessoria

Site: <https://centraldenoticias.radio.br/operacao-da-policia-federal-interdita-tres-serrarias-no-maranhao/>

Governador sanciona lei que transforma agente penitenciário em Polícia Penal no Maranhão

Por G1 MA

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), sancionou a Lei nº 11.342, que torna os agentes penitenciários como policiais do sistema penal.

Com a carreira policial, os agentes passam agora a ser equiparados com as demais forças policiais do estado, mas com atribuições específicas que regulamentam as funções dessa nova polícia.

Segundo o governo, a lei cria a Polícia Penal do Estado do Maranhão como órgão do sistema de **segurança pública**, vinculada à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap).

O texto foi publicado no dia 29 de setembro, e já tinha sido aprovado pela Assembleia Legislativa.

A lei transforma os cargos efetivos de Agente Estadual de **Execução Penal** e de Inspetor Estadual de **Execução Penal**, respectivamente, nos cargos de Inspetor de Polícia Penal I e Inspetor de Polícia Penal II.

Segundo a lei, os inspetores de Polícia Penal I e II, no exercício de sua função, exercem poder de polícia. Assim como o cargo efetivo de Auxiliar de Segurança Penitenciária, integrante da carreira de segurança penal, que passa a ser Auxiliar Penitenciário.

O subgrupo atividades penitenciárias segundo suas categorias funcionais, fica com os seguintes cargos efetivos:

Há ainda os especialistas nas áreas jurídica, psicólogo, assistente social, enfermagem, terapeuta ocupacional e pedagogo. Além de técnicos penitenciários: administrativo e de enfermagem.

De acordo com a lei, também serão criadas oito unidades prisionais de ressocialização e duas unidades penitenciárias. Sendo elas:

De acordo com o governo do estado, a lei é oriunda da Emenda Constitucional (EC) 104, que alterou o Art. 144 da Carta Magna do país, criando, assim, a polícia

penal, órgão responsável pela segurança do sistema prisional federal, estadual e do Distrito Federal.

Site:

<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2020/10/19/governador-sanciona-lei-que-transforma-agente-penitenciario-em-policia-penal-no-maranhao.ghtml>

Operação da Polícia Federal interdita três serrarias no Maranhão

Uma operação conjunta, realizada entre os dias 14 e 16 de outubro, interditou serrarias no município de Zé Doca, a 302Km de São Luís. A Operação Verde Brasil 2 foi realizada pela Polícia Federal , IBAMA e Exército, com o apoio da Capitania dos Portos do Maranhão, Batalhão de Policiamento Ambiental e Corpo de Bombeiros do Maranhão.

Três serrarias , localizadas no entorno das Terras Indígenas Awá e Alto Turiçu, foram interditadas, nove fornos inutilizados e dois caminhões com madeira pronta foram apreendidos nas proximidades. A PF também apreendeu e inutilizou seiscentos metros cúbicos de madeira em tora , além de setenta e dois metros cúbicos de madeira serrados.

O setor de inteligência da Polícia Federal foi o responsável por localizar as serrarias. Os criminosos identificados são reincidentes e vão responder pelos crimes ambientais e por receptação.

De acordo com a PF, as ações integradas continuarão e visam o combate a crimes ambientais. A Operação Verde Brasil 2 é coordenada pelo Ministério da Defesa. Está no escopo do Conselho Nacional da Amazônia (CNA), em apoio aos órgãos de controle ambiental e de **segurança pública**.

Site: <https://jornalpequeno.com.br/2020/10/19/operacao-da-policia-federal-interdita-tres-serrarias-no-maranhao/>

Defensoria reúne nesta terça com representantes de bancas de jornais de São Luís

A Defensoria Pública do Estado, por meio de seu Núcleo de **Direitos Humanos** (NDH), reunirá com a presidente da Associação dos Jornaleiros do Maranhão, Josenira Rosa Santos da Luz, proprietários de bancas de revistas do Bairro do Renascença, autoridades, bem como a sociedade civil como um todo, nesta terça-feira (20), às 9h, na sede da Defensoria Pública, no Centro de São Luís.

Além das medidas administrativas já divulgadas, foi ajuizada, na última sexta-feira, uma ação com pedido de liminar para assegurar a imediata remoção das bancas e retomada das atividades, conforme local acordado.

O Núcleo de **Direitos Humanos** tomou ciência de que esta questão não se limita ao caso das bancas do Renascença, o que ensejou a instauração de procedimento de tutela coletiva para que seja acompanhado de forma ampla, dado o relevante interesse social.

A Defensoria afirmou não ser contrária à ordenação do espaço público, porém disse que tais medidas têm sido adotadas com graves danos, morais e materiais, que devem ser prevenidos, mitigados e reparados.

Nesse sentido, a atuação da Defensoria busca assegurar a sobrevivência digna e a manutenção da fonte de renda dessas famílias, em plena observância do direito social ao trabalho, art. 6º, CRFB/99, atuação crucial em tempos de crise sanitária e econômica sem precedentes como as que atravessamos.

Site:

<https://jornalpequeno.com.br/2020/10/19/defensoria-reune-com-representantes-de-bancas-de-jornais-de-sao-luis/>

Ex-prefeita de Pedro do Rosário deve ressarcir R\$ 1 milhão aos cofres públicos

O **Ministério Público** Federal (MPF) celebrou acordo judicial com Maria do Rosário Serrão Martins, ex-prefeita do município de Pedro do Rosário, no Maranhão, para o ressarcimento de cerca de R\$ 1 milhão aos cofres públicos. O acordo foi firmado em relação à sanção imposta, no bojo de ação por ato de improbidade que tramita na Justiça há mais de 14 anos, para o ressarcimento de dano decorrente de irregularidades na aplicação de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef) entre 1998 e 2000.

A primeira sentença, emitida pela 6ª Vara de São Luís em 2017, condenou Maria do Rosário Serrão ao ressarcimento dos danos ao erário, corrigidos monetariamente e incidência de juros moratórios de 1% por mês, além de multa, calculada como duas vezes o valor do dano. O acordo foi assinado em 22 de outubro de 2019, no entanto, impugnado pela União, que aduziu que o débito atualizado seria menor.

No dia 14 de setembro de 2020, o MPF afastou essas alegações e requereu urgência na homologação do termo judicial pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1). A **ação civil pública** por ato de improbidade contra Maria do Rosário foi protocolada em 2005. O acordo, quando homologado, implica na extinção do recurso pendente de análise pelo Tribunal.

O procurador regional da República Zilmar Antonio Drumond afirma que o acordo "certamente se mostra vantajoso, especialmente ao se considerar que tão a devolução imediata de valor significativo aos cofres públicos, em prazo extremamente exíguo, sem as dificuldades de processo de execução".

O presente acordo foi firmado antes da possibilidade de utilização de acordos de não persecução cível (ANPC), inovação permitida pela Lei nº 13.964/19, conhecida como "Lei Anticrime", recentemente regulamentado pelo núcleo cível do **Ministério Público** Federal na 1ª Região. A assinatura do termo foi um trabalho de integração entre as 1ª e 2ª instâncias do MPF e com autorização prévia da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão.

Acordo - A partir da homologação judicial, a ex-prefeita está obrigada a pagar R\$ 965.969,40 em até 60 dias. O valor, que abrange o ressarcimento ao erário e

multa pelo dano, será destinado ao Tesouro Nacional e ao Fundo de Direitos Difusos. O descumprimento implicará na aplicação de multa no valor de R\$ 1.000 por dia.

As sanções que impõem a suspensão dos direitos políticos, a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios fiscais estão mantidas.

Fundef - O Fundef vigorou de 1996 a 2006 e é o antecessor do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), o principal mecanismo de financiamento da educação básica do país.

Maria do Rosário Serrão foi acusada de utilização de percentual inferior ao legalmente estabelecido para o pagamento de professores, pagamento de despesas não previstas em lei com recursos do Fundef, contratação e aquisição de bens sem licitação e fraude em procedimentos licitatórios.

Site: <https://jornalpequeno.com.br/2020/10/19/ex-prefeita-de-pedro-do-rosario-deve-ressarcir-r-1-milhao-aos-cofres-publicos/>

Tiroteio em casa de show deixa dois mortos e seis feridos em Timon

Duas pessoas morreram em um tiroteio que ocorreu na casa de show Caldeirão do forró, no bairro Formosa em Timon, a 450 quilômetros da capital maranhense.

Os crimes ocorreram durante a apresentação de uma banda na noite deste domingo (18). Um grupo armado entrou no ambiente atirando, deixando dois mortos e seis feridos que foram encaminhados ao hospital, segundo o Comandante Araújo do 11º batalhão da Polícia Militar (BPM).

Ainda de acordo com o comandante, o policiamento foi reforçado e estão tentando identificar os suspeitos. As vítimas não tiveram os nomes revelados. Mas, um deles estava armado, de acordo com a PM de Timon. Ninguém foi preso.

Segundo o tenente-coronel, Jorge Araújo, comandante do 11º BPM, grupos criminosos rivais teriam se encontrado na festa e iniciado a troca de tiros.

"Identificamos que essa casa de shows funciona com autorização expedida pela Polícia Civil. Vamos contatar o delegado regional para cassar essa autorização em virtude dos inúmeros problemas que esse estabelecimento tem causado à comunidade", disse o comandante do 11º BPM.

Ele explica que o patrulhamento no fim de semana foi reforçado, inclusive, resultando em apreensão de veículos e drogas, além de conduções. O militar ressaltou que, por determinação da Secretaria de **Segurança Pública** do Maranhão, o policiamento ostensivo será intensificado ainda mais a partir desta segunda-feira (19).

Site: <https://ma-mais.com.br/index.php/2020/10/19/tiroteio-em-casa-de-show-deixa-dois-mortos-e-seis-feridos-em-timon/>

Operação Verde Brasil 2 apreende dois caminhões com madeira irregular em Zé Doca

Deovanne Louzeiro

Operação Verde Brasil abordou três madeiras e um depósito no município de Zé Doca a 302 quilômetros da capital maranhense, onde apreendeu 2 caminhões com aproximadamente 707 m³ de madeira e aplicou cerca de R\$ 708.000,00 em multas.

O setor de inteligência da Polícia Federal foi o responsável por localizar as serrarias. Os criminosos identificados são reincidentes e vão responder pelos crimes ambientais e por receptação. As ações integradas continuarão e visam o combate a crimes ambientais.

Três serrarias, localizadas no entorno das Terras Indígenas Awá e Alto Turiaçu, foram interditadas, nove fornos foram inutilizados, dois caminhões com madeira pronta foram apreendidos nas proximidades, 600 metros cúbicos de madeira em tora foram apreendidos e inutilizados, além de 62 metros cúbicos de madeira serrados.

A missão foi cumprida no município entre os dias 14 e 17 de outubro, com a participação do 24º Batalhão de Infantaria de Selva (24º BIS), Capitania dos Portos do Maranhão, Polícia Federal, IBAMA, Batalhão de Polícia Ambiental e Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão.

A operação foi deflagrada pelo Governo Federal, para ações preventivas e repressivas contra delitos ambientais direcionados ao **desmatamento** ilegal e focos de incêndio na Amazônia Legal.

Site: <https://www.ma10.com.br/2020/10/19/operacao-verde-brasil-2-apreende-dois-caminhoes-com-madeira-irregular-em-ze-doca/>

ESCÂNDALO! Beto das Vilas é suspeito de 'ter sumido' com R\$ 2 milhões de Imposto de Renda retido dos servidores da Câmara de Ribamar

Blog Neto Cruz

Mais uma bomba recai sobre a administração de Beto das Vilas à frente da presidência da Câmara Municipal de São José de Ribamar. O chefe do legislativo ribamarense não repassou o Imposto de renda retido na fonte dos servidores da Casa para os cofres públicos do município. Ou seja, os funcionários da Câmara tiveram o desconto no seu Imposto de Renda, mas o dinheiro não foi para o tesouro do município. Simplesmente, "sumiu".

Por conta disso, a prefeitura de São José de Ribamar ingressou com Ação Civil de **Improbidade Administrativa** na Justiça Federal contra o gestor.

Ao todo, foi retido R\$ 1.994.215,70 em IRRF dos servidores entre os anos de 2017 e 2019 e nada foi repassado por Beto das Vilas para o tesouro municipal. O rombo pode ser maior porque o ano de 2020 ainda não está contabilizado. Segundo a ação da prefeitura, "é claro que os atos ocasionaram enriquecimento também ilícito dos próprios Réus e de terceiros, que usufruíram de tais verbas".

Além de lesar o patrimônio do município de São José de Ribamar, o desvio causa prejuízo aos cofres da União, uma vez que quando um servidor utiliza os dados do Imposto Retido na fonte que ele pagou na sua Declaração de Imposto de Renda, é a União que faz a restituição do valor pago. Valor este que, no caso, não chegou para os cofres públicos.

A prefeitura pede a condenação de Beto das Vilas a perda das funções públicas, suspensão dos direitos políticos por até 8 anos, pagamento de multa de duas vezes o valor do dano - aproximadamente R\$ 4 milhões - além das demais sanções cabíveis.

Acompanhe o Blog do Luis Cardoso também pelo TwitterT e pelo Facebook.

Site:

<https://luiscardoso.com.br/politica/2020/10/escandalo->

***betto-das-vilas-e-suspeito-de-ter-sumido-com-r-2-
milhoes-de-imposto-de-renda-retido-dos-servidores-da-
camara-de-ribamar/***

Beto das Vilas terá que dar conta de R\$ 1,9 milhão que 'sumiu' da Câmara de Ribamar

Mais uma bomba recai sobre a administração de Beto das Vilas à frente da presidência da Câmara Municipal de São José de Ribamar. O chefe do legislativo ribamarense não repassou o Imposto de renda retido na fonte dos servidores da Casa para os cofres públicos do município. Ou seja, os funcionários da Câmara tiveram o desconto no seu Imposto de Renda, mas o dinheiro não foi para o tesouro do município. Simplesmente, "sumiu". Por conta disso, a prefeitura de São José de Ribamar ingressou com Ação Civil de **Improbidade Administrativa** na Justiça Federal contra o gestor.

Ao todo, foi retido R\$ 1.994.215,70 em IRRF dos servidores entre os anos de 2017 e 2019 e nada foi repassado por Beto das Vilas para o tesouro municipal. O rombo pode ser maior porque o ano de 2020 ainda não está contabilizado. Segundo a ação da prefeitura, "é claro que os atos ocasionaram enriquecimento também ilícito dos próprios Réus e de terceiros, que usufruíram de tais verbas".

Além de lesar o patrimônio do município de São José de Ribamar, o desvio causa prejuízo aos cofres da União, uma vez que quando um servidor utiliza os dados do Imposto Retido na fonte que ele pagou na sua Declaração de Imposto de Renda, é a União que faz a restituição do valor pago. Valor este que, no caso, não chegou para os cofres públicos.

A prefeitura pede a condenação de Beto das Vilas a perda das funções públicas, suspensão dos direitos políticos por até 8 anos, pagamento de multa de duas vezes o valor do dano - aproximadamente R\$ 4 milhões - além das demais sanções cabíveis.

Do Blog do Neto Cruz

Site: <https://blogdominard.com.br/2020/10/beto-das-vilas-tera-que-dar-conta-de-r-19-milhao-que-sumiu-da-camara-de-ribamar/>

OAB/MA debate problemas no Transporte Marítimo de Passageiros pelo Ferry Boat

Nos últimos meses, têm sido constantes as reclamações feitas pelos usuários de transporte marítimo em relação à qualidade dos serviços prestados pelas empresas operadoras de ferry boats entre os terminais da Ponta da Espera e Cujupe.

Algumas das queixas são: superlotação das embarcações, dificuldade para compra de passagens, falta de acessibilidade para idosos, pessoas com deficiência e gestantes, além de condições ruins de alimentação, higiene e segurança dentro das embarcações.

Diante desse cenário, a OAB Maranhão tem buscado construir, através de discussões com instituições e autoridades, soluções a médio e longo prazo que garantam maior eficiência dos serviços de transporte marítimo do estado.

Uma das formas para dar início a essas soluções é através do PROJETO DIÁLOGO INSTITUCIONAL, que será caracterizado por um diálogo entre a Seccional Maranhense, os órgãos e autoridades responsáveis pela fiscalização para fazer uma análise crítica deste modal e propor uma atuação conjunta dos entes vinculados para buscar providências e medidas efetivas, visando à melhoria dos serviços para a população.

Para essa edição do DIÁLOGO INSTITUCIONAL, foram convidadas as seguintes instituições: MOB, EMAP, ANTAQ, Capitania dos Portos do Maranhão, **PROCON/MA**, Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, Vigilância Sanitária, Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil, Secretaria de Estado da **Segurança Pública**, Secretaria de Estado da Infraestrutura, Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão, Tribunal Regional Eleitoral, **Ministério Público** Estadual, **Ministério Público** do Trabalho, Delegacia Regional do Trabalho e Emprego do Maranhão, e, Defensoria Pública do Estado do Maranhão; além das empresas operadoras do sistema: Internacional Marítima e Serviporto.

Site: <http://diegoemir.com/2020/10/oab-ma-debate-problemas-no-transporte-maritimo-de-passageiros-pelo-ferry-boat/>